



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



**Habeas Corpus nº 0197365-3**

**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal

**Impetrado:** Juízo de Direito da 9ª Vara Criminal da Capital

**Impetrante:** Bel. Emerson Davis Leônidas Gomes, OAB/PE 8.385

**Paciente:** Manoel Moraes dos Santos

**Relator:** Des. Romero de Oliveira Andrade

**Procuradora de Justiça:** Dra. Milta Maria Paes de Sá

051

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL E PENAL - HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO - CRIME DE FORMAÇÃO DE QUADRILHA ARMADA - ARTIGO 288, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL - ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO - IMPROCEDÊNCIA - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA PREVENTIVA - DECISÃO CALCADA NOS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA MEDIDA COATIVA, ENCONTRANDO-SE PERFEITAMENTE FUNDAMENTADA E AMPARADA JURIDICAMENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ARTIGOS 311, 312 E 313, TODOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - ADEMAIS, AS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS DO PACIENTE, BEM COMO O FATO DE CONTAR COM 70 ANOS DE IDADE, NÃO SÃO GARANTIDORAS DE EVENTUAL DIREITO À REVOGAÇÃO DA PRISÃO, SE A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA É RECOMENDADA POR OUTROS ELEMENTOS CONTIDOS NOS AUTOS - ORDEM DENEGADA - DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus Liberatório* nº 0197365-3, da 9ª Vara Criminal da Capital, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em DENEGAR a presente ordem de *Habeas Corpus Liberatório*, tudo consoante consta do relatório e voto digitados em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 10 de Novembro de 2009.

  
DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



**Habeas Corpus nº 0197365-3**

052

**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal

**Impetrado:** Juízo de Direito da 9ª Vara Criminal da Capital

**Impetrante:** Bel. Emerson Davis Leônidas Gomes, OAB/PE 8.385

**Paciente:** Manoel Moraes dos Santos

**Relator:** Des. Romero de Oliveira Andrade

**Procuradora de Justiça:** Dra. Milta Maria Paes de Sá

### RELATÓRIO

O Bel. Emerson Davis Leônidas Gomes, OAB/PE 8.385, impetrou a presente ordem de *HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO LIMINAR*, em favor de MANOEL MORAES DOS SANTOS, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 9ª Vara Criminal da Capital.

Emerge da inicial que o paciente foi denunciado nos autos do processo-crime nº 001.2008.042414-8, como incurso nas sanções do **artigo 288, parágrafo único, do Código Penal**, encontrando-se **custodiado por força de prisão preventiva** decretada em 30 de abril de 2009 (fls. 35/37),

Alegou o impetrante que o decreto provisório diverge da razoabilidade jurídica, haja vista o paciente contar com 70 (setenta) anos de idade, sem qualquer antecedente criminal e com residência fixa.

Argumentou, ainda, que a decisão não foi devidamente fundamentada, numa clara afronta às normas do artigo 312, do Código de Processo Penal, resultando, com isso, no **constrangimento ilegal por ausência de fundamentação do decreto preventivo**.

Pugnou em sede de liminar pela imediata expedição do competente ALVARÁ DE SOLTURA, determinando a transferência do paciente para o regime de **prisão domiciliar**.

A inicial veio acompanhada de documentos às fls. 14/58.

Indeferido o pedido de liminar às fls. 65/66



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

053



Informações prestadas às fls. 71/72, esclarecendo Dra. Sandra de Arruda Beltrão, Juíza de Direito Titular da 10ª Vara Criminal da Capital, que o processo-crime nº 001.2008.042414-8 foi distribuído para a 9ª Vara Criminal, mas em virtude da **suspeição** averbada pelo próprio magistrado, foi procedida a remessa a sua substituta automática para informar todos os principais atos do referido feito criminal.

A Procuradora de Justiça, Dra. Milta Maria Paes de Sá, ofereceu parecer às fls. 77/80, **opinando pela denegação da ordem**.

É o relatório.

Recife, 10 de novembro de 2009.

  
DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE  
Relator



**Habeas Corpus nº 0197365-3**

**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal

**Impetrado:** Juízo de Direito da 9ª Vara Criminal da Capital

**Impetrante:** Bel. Emerson Davis Leônidas Gomes, OAB/PE 8.385

**Paciente:** Manoel Moraes dos Santos

**Relator:** Des. Romero de Oliveira Andrade

**Procuradora de Justiça:** Dra. Milta Maria Paes de Sá

### VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores.

Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

De antemão, ressalto que não cabe na estreita via do *habeas corpus* apreciar pontos que necessitem de amparo no corpo probatório, sendo tal tarefa mais conveniente na instrução processual.

Efetuando cuidadosa leitura de todas as peças do presente *writ*, entendo como persistentes os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva do paciente. Senão vejamos.

Analisando a decisão que decretou a prisão preventiva (fls. 35/37), constato a existência dos pressupostos autorizadores da medida coativa, encontrando-se perfeitamente fundamentada e amparada juridicamente, nos termos dos artigos 311 a 313, do Código de Processo Penal.

Acresce que a manutenção do recolhimento provisório do paciente também preserva a credibilidade do Estado e da Justiça, evitando a instabilidade social, vez que, como bem descrito na peça acusatória (fls. 15/33), o paciente foi denunciado juntamente com outros 30 (trinta) acusados sob suspeita de integrar uma perigosa e bem articulada quadrilha ou bando armado que apresenta como prática reiterada o cometimento de **crimes de roubo de pessoas nas saídas de bancos, de estabelecimentos comerciais, de carros fortes, além do comércio ilegal de armas de fogo, tráfico de drogas e homicídios**, havendo justificativa lógica e jurídica para a manutenção da prisão cautelar do paciente.



De fato, constato indícios suficientes de autoria e prova da existência do crime pelo qual o paciente foi denunciado, entendendo existir justa causa para a ação penal e forte legitimação da custódia cautelar do mesmo.

Logo, estando presentes a materialidade delitiva e indícios suficientes da autoria, numa decisão que atendeu ao disposto do artigo 93, inciso IX, da Carta Magna e artigo 312, do Código de Processo Penal, não há que se falar em constrangimento ilegal na manutenção da prisão, sendo indicada de maneira objetiva a necessidade da medida constritiva.

Na mesma esteira, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

**STJ: "PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA TRÁFICO, FORMAÇÃO DE QUADRILHA ARMADA E COMÉRCIO ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA EM 17.01.08. PRESENÇA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL E POR CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. DECRETO CONSTRITIVO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PERICULOSIDADE REAL DO PACIENTE. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA QUE APENAS PÔDE SER DESBARATADA POR MEIO DE INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS AUTORIZADAS, FEITAS PELA POLÍCIA FEDERAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PARECER MINISTERIAL PELA DENEGAÇÃO DO WRIT. ORDEM DENEGADA. 1. A real periculosidade do paciente, evidenciada na conduta de fazer parte de verdadeira organização criminosa sediada na cidade de São Bento/PB, voltada para a prática de crimes gravíssimos, tais como homicídios por encomenda, tráfico de drogas, tráfico de armas, roubo interestadual de carga, assaltos a bancos e agências de Correios, constitui motivação idônea, capaz de justificar o decreto construtivo, por demonstrar a necessidade de se resguardar a ordem pública, assegurar a aplicação da lei penal e por conveniência da instrução criminal. Precedente do STJ. 2. A preservação da ordem pública não se restringe às medidas preventivas da irrupção de conflitos e tumultos, mas abrange também a promoção daquelas providências de resguardo à integridade das instituições, à sua credibilidade social e ao aumento da confiança da população nos mecanismos oficiais de repressão às**



656



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

*diversas formas de delinquência. 3. Eventuais condições subjetivas favoráveis do paciente, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a sua manutenção, como se verifica no caso em tela. Precedente do STF. 4. Ordem denegada, em conformidade com o parecer ministerial" (HC 113782 / PB 2008/0182568-3, Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO (1133), T-5, Data do Julgamento: 18/12/2008, DJe 02/03/2009)*

**STJ: "HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA EM 13 DE MARÇO DE 2008 APÓS AMPLA INVESTIGAÇÃO POLICIAL. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA PELO MODUS OPERANDI DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO. AÇÃO PENAL COMPLEXA CINQUENTA E UM DENUNCIADOS. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. SÚMULA Nº 52/STJ. 1. O decreto construtivo, calcado nas razões contidas no parecer ministerial, embora sucinto, mostra-se suficiente para a manutenção da prisão cautelar do paciente, especialmente porque destinado a garantir a ordem pública. 2. Com efeito, há elementos concretos, colhidos mediante interceptações telefônicas legalmente autorizadas, após acurada e longa investigação desencadeada pela Polícia Federal, apontando a efetiva participação do paciente em complexa organização criminosa, composta por mais de cinquenta pessoas, que se dedicava à prática de diversos delitos, quais sejam, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e agiotagem, na Comarca de Volta Redonda, no Rio de Janeiro e em regiões vizinhas.(...) Destarte, a concreta periculosidade do agente, revelada pelo modus operandi da quadrilha, justifica a medida extrema. (...) 5. Habeas corpus denegado" (HC 112455 / RJ 2008/0169764-0, Ministro OG FERNANDES (1139), T-6, Data do Julgamento: 14/04/2009, DJe 04/05/2009)**

Ademais, o fato de o paciente contar com 70 (setenta) anos de idade não impede que o mesmo tenha sua prisão preventiva decretada e mantida, mesmo porque o pleiteado benefício da **prisão domiciliar** é matéria disciplinada em execução penal, o que não é o caso em testilha.

Neste diapasão segue o Superior Tribunal de Justiça:

RMCCO (HC 0197365-3)

Fórum Thomaz de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP: 50520-050  
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784  
E-mail: roan@tjpe.jus.br



657



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

**STJ: "CRIMINAL. HC. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA DEMONSTRADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CRIMINAL. OBSTÁCULOS AO ANDAMENTO DO FEITO. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE PARA A CUSTÓDIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. ORDEM DENEGADA. I. Hipótese em que o paciente vem tentando criar obstáculos à normal marcha processual, atrasando a instrução, através de pedidos de adiamento de audiências, a pretexto de seu estado de saúde. II. Circunstâncias que justificam a prisão preventiva como forma de garantir da regularidade da instrução processual e a aplicação da lei penal. Precedentes. III. Não configura constrangimento ilegal a segregação cautelar com fundamento na conveniência da instrução processual e na aplicação da lei penal, tendo em vista os atos praticados pelo paciente tendentes a procrastinar o feito. IV. Condições pessoais favoráveis do réu, bem como o fato de contar com 70 anos de idade, não são garantidoras de eventual direito à revogação da prisão, se a manutenção da custódia é recomendada por outros elementos. V. Ordem denegada"** (HC 60454 / MG 2006/0121560-6, Ministro GILSON DIPP (1111), T-5, Data do Julgamento: 19/09/2006, Data da Publicação/Fonte: DJ 23/10/2006 p. 337)

Assim sendo, acolho o parecer do Órgão Ministerial de 2º Grau, e  
**VOTO PELA DENEGAÇÃO** da ordem.

É como voto.

Recife, 10 de novembro de 2009.

  
**DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE**  
Relator